

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIZE DE OLIVEIRA SANTOS

“INCENTIVO FISCAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ”
UMA REFLEXÃO SOBRE A FISCALIZAÇÃO NO REPASSE DO INCENTIVO FISCAL ÀS
FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE DIREITO PÚBLICO DE ESPORTE, CULTURA E
TURISMO

PARANAGUÁ
2016

MARIZE DE OLIVEIRA SANTOS

“INCENTIVO FISCAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ”
UMA REFLEXÃO SOBRE A FISCALIZAÇÃO NO REPASSE DO INCENTIVO FISCAL ÀS
FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE DIREITO PÚBLICO DE ESPORTE, CULTURA E
TURISMO

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção
do título de especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Christian Mendez Alcântara

PARANAGUÁ
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores e coordenadores em Gestão Municipal.

Aos meus amigos auditores e colaboradores, Ivanor Suave, Hedy César Oliveira e Leonete Casemiro e Oliveira Paula.

Ao contador das fundações de esporte, turismo e cultura, Sr. Josiel Silva de Lima; à contadora da controladoria do município de Paranaguá, Sra. Simone Maria Hirt ; e ao controlador Geral, Sr. Paulo Farah, que sempre tiveram paciência e competência para orientar-me no conteúdo deste projeto.

E a minha família, que me apoiou sempre que precisei.

RESUMO

Este trabalho visa identificar os problemas que podem ocorrer pela falta de fiscalização por parte da Prefeitura Municipal de Paranaguá, na distribuição do ISS para as fundações públicas de direito público. Serão apresentadas as leis que a instituíram, analisadas possíveis falhas decorrentes da falta de fiscalização e sugestões de procedimentos que o município poderá tomar para evitar que o dinheiro repassado as fundações seja aplicado indevidamente.

Palavras-Chave: Incentivo fiscal, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, Fiscalização Tributária Controladoria do Município, procedimentos, normas.

ABSTRACT

This work aims to identify the problems that can occur due to a lack of supervision on the part of the city of Paranaguá, in the distribution of the ISS to public foundations under public law. Will be presented the laws that established, reviewed possible failures arising from the lack of supervision and suggested procedures that the Council may take to prevent the money passed on the foundations be applied improperly.

Keywords: tax incentives, tax on services of any kind, Tax Supervision, Comptroller of the Municipality, procedures, standards.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
1.1 APRESENTAÇÃO.....	7
1.2 OBJETIVO GERAL.....	7
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	7
1.4 JUSTIFICATIVA.....	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	9
2.1 RESPONSABILIDADE FISCAL DO GESTOR PÚBLICO.....	9
2.2 CONCEITO E CRESCIMENTO DO ISS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ. 10	
2.2.1 Conceito de ISS.....	10
2.2.2 Crescimento do ISS no Município de Paranaguá.....	10
2.3 CONCEITO GERAL DE INCENTIVO FISCAL.....	11
2.4 FUNDAÇÃO PÚBLICA.....	12
2.4.1 Conceito.....	12
2.4.2 Decreto, leis e regime interno das Fundações.....	12
2.5 REPASSE DE INCENTIVO FISCAL ÀS FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.....	13
2.5.1 Percentual de repasse de ISS as fundações.....	13
2.5.2 Forma do repasse do ISS para as fundações.....	13
2.5.3 Utilização do repasse para as Fundações.....	14
2.5.4 Controle do repasse do ISS para as fundações.....	14
2.5.5 Obrigação das Fundações com o Município.....	14
2.6 CONTROLADORIA MUNICIPAL.....	15
2.6.1 Deveres e Responsabilidade.....	15
2.6.2 Fiscalização do Tribunal de Contas do Paraná.....	15
3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	16
3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO.....	16
3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO PROBLEMA.....	18
4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	19
4.1 PROPOSTA TÉCNICA.....	19
4.1.1 Plano de Implantação.....	19
4.1.2 Recursos.....	20
4.1.3 Resultados Esperados.....	20
4.1.4 Riscos ou Problemas esperados ou medidas preventivo -corretivas.....	20

5 CONCLUSÃO.....	21
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	22
ANEXOS.....	24

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Apenas algumas bibliografias tratam especificamente do controle e fiscalização no repasse dos incentivos fiscais municipais.

Buscaremos alinhar os conceitos, opiniões dos Auditores Fiscais do Município e Controladores Municipais.

O incentivo fiscal em Paranaguá precisa de uma fiscalização mais efetiva por parte do executivo municipal.

Atualmente existem várias discussões a nível nacional sobre transparência na utilização do dinheiro público e como ele deve ser destinado à área social.

1.2 OBJETIVO GERAL

Aprimorar a fiscalização na utilização do dinheiro público transferido para as fundações públicas de esporte, turismo e cultura.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Diagnosticar a situação atual quanto à forma de utilização do incentivo por parte das fundações.
- Propor procedimentos de fiscalização para evitar possíveis irregularidades.
- Sugerir formas para a liberação do incentivo com controle.

1.4 JUSTIFICATIVA

No desempenho da função de auditora fiscal da Fazenda Municipal, deparei-me com a necessidade de trabalhar nesse tema devido à relevante evolução do ISSQN no município de Paranaguá nos últimos 8 anos.

Em 2005 a arrecadação atingiu R\$10.977.124,90 e atualmente está em torno de R\$ 96.000.000,00 devido a inteligência, educação fiscal e uso de ferramentas tecnológicas.

É notável que a evolução do ISS produz um aumento considerável no repasse para as fundações. Dessa forma a fiscalização é de suma importância para que se possa dar uma resposta à sociedade, a qual nos últimos anos vem exigindo mais clareza e transparência no destino dado ao dinheiro público em função de medidas tomadas, conforme serão relatadas no item 2.1.

O método procedimental utilizado será a revisão bibliográfica.

O método de abordagem será o dedutivo, pois partirá de normas gerais para as específicas, buscando-se a aplicação concreta para o caso em estudo.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.

2.1 RESPONSABILIDADE FISCAL DO GESTOR PÚBLICO

Responsabilidade Fiscal significa para os gestores públicos a necessidade de mudança cultural no que se refere à gestão fiscal. Apesar de estar de acordo com as diretrizes do Fundo Monetário Internacional, podemos destacar que a legislação brasileira, comparada principalmente aos demais países latinos, é mais abrangente e objetiva, criando limitações orçamentárias e sanções específicas caso não haja um cumprimento do dispositivo legal.

¹Benedito Antônio Alves e Sebastião Edilson¹, autores do livro Lei de Responsabilidade Fiscal (2011,p.217), buscam a explicação do que vem a ser a Lei de Responsabilidade Fiscal e seu objetivo, o qual se pode observar nos seguintes dizeres:

“A Lei de Responsabilidade Fiscal nada mais é que um código de conduta que administradores públicos devem obedecer, respeitando as normas e limites legais, pois, ao fazerem uso do dinheiro público, têm, agora, o dever legal de, com transparência, prestar contas à sociedade de como estão gastando os recursos públicos. Não resta dúvida que isso representa um importantíssimo instrumento de cidadania para todos os brasileiros, pois permite o acesso às contas públicas.”

²Segundo Lidia Maria de Oliveira Jordão Rocha da Cunha², Advogada , Secretária da Fazenda Estadual no município de Araxá, em Minas Gerais:

“ A Lei de Responsabilidade Fiscal- L.C. 101/2000³ revela-se como um código regulamentador da conduta gerencial nas finanças públicas nos diversos níveis de governo e caracteriza-se pela imposição de um novo padrão contábil aos entes federativos, constituindo-se num instrumento de planejamento e controle da receita e da despesa pública visando dar fim ao hábito dos gestores de promoverem gastos irresponsáveis com o dinheiro do povo. Não é correto atribuir como modelo de gestão, tradicionalmente brasileiro, a prática de gastar mais do que se arrecada.

2.2 CONCEITO E CRESCIMENTO DO ISS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

2.2.1 CONCEITO DE ISS

O Imposto sobre Serviços é previsto em nossa Constituição Federal, no seu artigo 156⁴. O fato gerador do ISS, ou seja, a prestação de serviços de qualquer natureza, previsto por lei complementar, pode ser efetuada por pessoa física ou jurídica, independente de estabelecimento fixo ou não.

A base de cálculo para a arrecadação do ISS é o preço do serviço prestado, conforme a lei Complementar 110/2009³.

A competência para a arrecadação do ISS é municipal, conforme estabelecido pela Constituição Federal, constituindo-se como importante fonte de recursos para o desempenho da atividade financeira dos Municípios.

2.2.2 CRESCIMENTO DO ISS NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Em Paranaguá o ISS é regido pela Lei Complementar 110/2009. É pago pelas empresas prestadoras de serviços e profissionais autônomos.

Os profissionais com curso de graduação, como advogados, médicos, arquitetos, administradores, entre outros que trabalhem sem vínculo empregatício, devem contribuir com o ISS. Nesse caso, eles devem pagar a contribuição anual proveniente dos serviços, conforme tabela prevista na Lei Complementar 147/2012⁴.

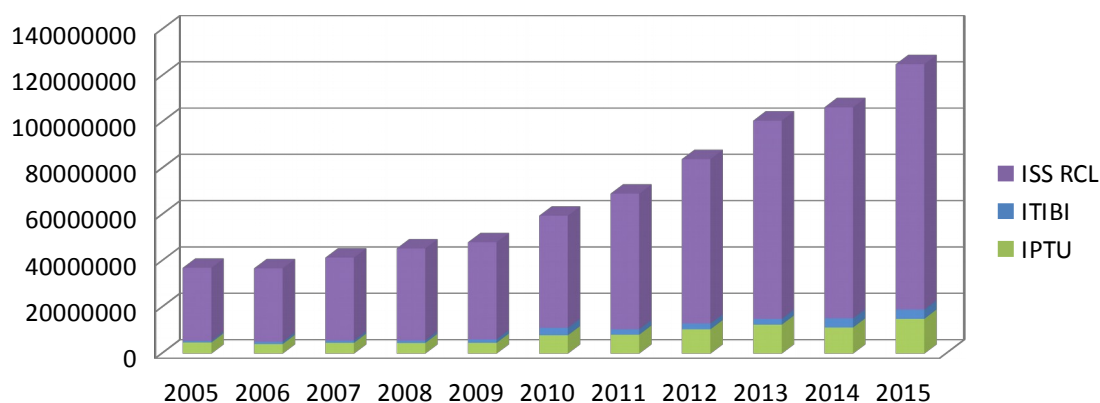
Na situação em que o profissional não esteja inscrito na prefeitura como autônomo, a contratante do serviço deverá pagar o ISS.

Entre os períodos de 2004 a 2012 a arrecadação do ISS no Município de Paranaguá mais que duplicou, alcançando a marca de 65 milhões de reais.

De acordo com os auditores fiscais do município de Paranaguá, a arrecadação aumentou em função do crescimento econômico do município. Porém, há outras ações que contribuíram para o resultado, como a atualização na legislação, com a edição da Lei 110/2009. Esta lei proporcionou à Divisão de Fiscalização Tributária (DFT) mais

mecanismos de fiscalização. Também foram revogadas as leis tidas como conflitantes e de difícil aplicação. Ainda houve a aplicação de novas práticas de fiscalização voltada à inteligência fiscal, educação fiscal e tecnologia da informação.

A DFT, a partir de 2010, começou a utilizar ferramentas tecnológicas aliadas a novas práticas de fiscalização, focando principalmente as atividades portuárias. Atualmente o ISS arrecada mensalmente, aproximadamente R\$8.000.000,00 e anualmente R\$ 96.000.000,00.



2.3 CONCEITO GERAL DE INCENTIVO FISCAL

O incentivo fiscal é um instrumento, por prazo determinado, usado pelo governo para estimular atividades específicas e constitui-se em uma forma de a empresa ou pessoa física escolher a destinação de uma parte dos impostos que já seriam pagos por ela, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de projetos pela sociedade.

Na prática, o poder público abre mão de uma parte dos recursos que receberia para incentivar a execução de iniciativas sociais, culturais, educacionais, de saúde e esportivas, em benefício de várias pessoas. O investidor, por sua vez, apoia causas que pode acompanhar e potencializar.

2.4 FUNDAÇÃO PÚBLICA

2.4.1 CONCEITO

As fundações públicas são organizações dotadas de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, criadas para um fim específico de interesse público, como educação, cultura e pesquisa, sempre merecedoras de um amparo legal. As fundações públicas possuem autonomia administrativa, patrimônio próprio, e funcionamento custeado, principalmente, por recursos do poder público, ainda que sob a forma de prestação de serviços.

São recursos da Fundação as dotações, subvenções, contribuições que o Estado anualmente consignar em seus orçamentos. No caso de extinção da Fundação, seus bens e direitos são incorporados ao patrimônio do município.

A fundação pública tem direito a isenção de todos os tributos federais, estaduais ou municipais, de acordo com o ente da Federação que a instituir.

A fundação pública não pode aplicar em despesas administrativas mais de 20% do seu orçamento, de acordo com a Lei de Orçamento Anual do Município. Caso seja necessário apenas por decreto.

2.4.2 DECRETOS E LEIS E REGIME INTERNO DAS FUNDAÇÕES

A Constituição Federal de 1988 manteve o entendimento da Lei nº 7.596/87⁵, uma vez que as fundações públicas continuaram fazendo parte da Administração Indireta (art. 37, XIX), mas estabeleceu a necessidade de lei específica para sua criação, conforme abaixo:

- ⁶LEI Nº 1573 de 21 de Novembro de 1989

"FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CRIAR A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

- ⁷DECRETO N º1391

"APROVA REGIMENTO INTERNO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA "NELSON DE FREITAS BARBOSA".

-⁸ LEI Nº 2175, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.000.

"CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMUPLA, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

-⁹ DECRETO nº 1392

"APROVA REGIMENTO INTERNO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO "DR. JOAQUIM TRAMUJAS"."

-¹⁰ DECRETO Nº 325

"APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES "LUIZ ERLEY DA ROCHA BORNANCIN", E REVOGA O DECRETO Nº 882, DE 29 DE ABRIL DE 1979".

2.5 REPASSE DE INCENTIVO FISCAL ÀS FUNDAÇÕES MUNICIPAIS

2.5.1 PERCENTUAL DE REPASSE DE ISS ÀS FUNDAÇÕES

Conforme decreto nº 3.059/2015¹¹ o valor repassado de ISS para o esporte é 6,5%, cultura 4,00% e turismo 6,50% com limite de 17% ao mês.

2.5.2 FORMA DO REPASSE DO ISS ÀS FUNDAÇÕES

A empresa aceita a carta de intenção emitida pelas fundações individualmente e se compromete a repassar os valores correspondentes ao seu limite de incentivo. As cartas de intenção aceitas são encaminhadas pela empresa à Divisão de Fiscalização Tributária para ciência e registro dos lançamentos no sistema de arrecadação da D.F.T, os valores são abatidos do ISS mensal da empresa.

2.5.3 UTILIZAÇÃO DO REPASSE PARA AS FUNDAÇÕES

Anualmente no mês de novembro, a Prefeitura Municipal de Paranaguá publica edital para apresentação de novos projetos nas áreas de cultura e esporte, contendo uma série de exigências a serem cumpridas. O projeto e documentação são analisados por uma comissão, e, caso aprovados serão encaminhados para o chefe do executivo para autorização.

2.5.4 CONTROLE DO REPASSE DO ISS PARA AS FUNDAÇÕES

A Divisão de Fiscalização Tributária encarrega-se de receber as cartas de intenção de cada contribuinte que concordou em repassar o ISS às fundações públicas; e efetuar o registro no sistema eletrônico de arrecadação utilizado pelo município. Após conferência dos auditores fiscais, e estando tudo correto, o contribuinte encerra seu movimento econômico e gera a guia para recolhimento do ISS já deduzido o valor referente ao incentivo fiscal, o qual será posteriormente creditado nas contas das fundações municipais.

2.5.5 OBRIGAÇÕES DAS FUNDAÇÕES COM O MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Segundo o contador das fundações, Sr. Josiel Silva de Lima, a Lei Orgânica do Município prevê que as fundações tem como obrigação apresentar as prestações de contas de seus atos e fatos contábeis/fiscais periodicamente, bem como todo trabalho desenvolvido em benefício da sociedade. Quando são verbas federais ou oriundas de empresas privadas em que as fundações repassam para as entidades contempladas através de projetos culturais, a fundação tem por obrigação prestar contas no Sistema de Informações de Transferências Voluntárias (SIT), módulo obrigatório no Tribunal de Contas do Paraná De acordo com o anexo II o Esporte envia segundo Decreto 325, artigos 23,24 e 27 , que regulamentou a Lei Municipal 1256/1979¹². A Cultura envia de

acordo com a Lei Complementar 1573/1989¹³ em anexo I e Turismo Lei Complementar 107/2009¹⁴, artigo 7º em anexo V.

2.6 CONTROLADORIA DO MUNICÍPIO

2.6.1 DEVERES E RESPONSABILIDADES

-Fazer o acompanhamento da execução financeira e contábil das fundações.

2.6.2 FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

-De acordo com o Controlador Geral do Município de Paranaguá, advogado Paulo Farah, as fundações têm autonomia própria, conta próprio, porém, compromisso e obrigação de enviar a prestação de contas periodicamente ao Tribunal de Contas do Paraná.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO- PROBLEMA

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO



A Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR, tem como Presidente O Sr. Rafael Guttierres Júnior. Possui 26 funcionários e um orçamento anual de R\$4.000.300,00. Além do prédio administrativo instalado na Av. Arthur de Abreu, possui dois postos de informações turísticas um na Praça da Fé Rocio, local visitado todos os finais de semana por romeiros de todo o Estado e outro em frente à rodoviária municipal.

Não há informação de editais de projetos sociais na fundação de turismo, apenas investimento em festas municipais, tais como: Festa da Tainha, Festa das Nações, Aniversário da cidade e Carnaval.



A Fundação Municipal de Cultura – FUMCUL, tem como Presidente a Sra. Maria Angélica Leomil; possui 37 funcionários e um orçamento anual de R\$2.5000.000,00. A sede administrativa fica na Rua XV de Novembro, conhecida como Casa Cecy, nome dado em homenagem a artista plástica do município. O Teatro Municipal Rachel Costa, a Casa da Música, Casa da Cultura e Casa Elfrida Lobo são espaços culturais abertos ao público parnanguara.



A Fundação Municipal de Esportes – FUNDESPORTES, tem como Presidente Darlan Janes Macedo Silva, possui 18 funcionários e um orçamento anual de R\$ 2.544.000,00. Instalada na Rua João Estevão, no Ginásio de Esportes “Albertina Sálmón.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO - PROBLEMA

Na prática não há uma fiscalização direta da controladoria do município que deveria ser mensal para um controle eficaz por parte do município, não deixando apenas para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná o controle e fiscalização. Se não há denúncias de fato, o poder executivo não autoriza auditoria. E até o hoje não houve denúncia de algum tipo de irregularidade por parte da sociedade.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

4.1 PROPOSTA TÉCNICA

O executivo deverá cobrar que as fundações beneficiadas cumpram os prazos estabelecidos nas legislações pertinentes no que se refere à prestação de contas.

Prestar contas a comunidade através do poder legislativo, criando protocolo onde pudesse ser fixado uma data para após o ano consecutivo prestar contas dos projetos realizados e gastos de cada fundação através de documentação comprobatória.(livros contábeis, notas fiscais de serviços tomados e pagamento de retenções)

De acordo com a contadora da controladoria do município de Paranaguá Simone Maria Hirt seria interessante concurso público para um controlador em cada fundação, dessa forma o controlador trabalharia diariamente com a documentação das fundações e a fiscalização seria mais atuante.

4.1.1 PLANO DE IMPLANTAÇÃO

Para implantação do projeto, deverão acontecer reuniões entre Superintendência de Arrecadação e Tributos, Procuradoria Jurídica, Divisão de Fiscalização Tributária e Controladoria do Município para analisar, alterar e /ou complementar a legislação vigente.

Deverá ser elaborado um projeto de lei contemplando as alterações necessárias na lei vigente de cada fundação, aprimorando as regras de controle para a liberação do ISS.

As fundações deverão seguir as novas regras estabelecidas por lei para garantir mensalmente a liberação do incentivo, caso não sejam cumpridas, o incentivo será bloqueado.

O controlador nomeado pelo município também deverá ser responsável em fiscalizar a execução dos projetos aprovados pelo executivo e os resultados alcançados durante o ano vigente.

4.1.2 RECURSOS

Verba para realização de concurso público para aumentar o quadro funcional de controlador do município.

Utilizar o site oficial da Prefeitura de Paranaguá, os jornais locais e televisão para a divulgação das prestações de contas das fundações.

4.1.3 RESULTADOS ESPERADOS

Controle eficaz da fiscalização por parte da controladoria, evitando desvio de verbas e gastos irregulares.

Eficiência na gestão do dinheiro público.

Aumento dos serviços prestados, com resultados relevantes para a sociedade, principalmente para as camadas mais carentes da população.

Incentivar uma maior participação da sociedade no controle dos gastos públicos.

4.1.4 RISCOS OU PROBLEMAS ESPERADOS E MEDIDAS PREVENTIVO -CORRETIVAS

A não aceitação por parte da administração pública e resistência às mudanças por parte dos responsáveis das fundações.

5 CONCLUSÃO

De forma alguma pretendemos com esse trabalho cobrir toda problemática que envolve o tema.

Caso as sugestões dadas sejam aceitas pelo executivo, destacamos a necessidade de dispormos de mais dados estatísticos a respeito do controle e fiscalização dos incentivos fiscais.

Conforme já foi mencionado, não podemos deixar de reconhecer que os incentivos fiscais são instrumentos financeiros que podem ajudar as empresas a colaborar com projetos sociais e culturais viabilizados pelas fundações municipais. A falta de fiscalização no uso do incentivo fiscal poderá provocar descrédito da população, das empresas em incentivar, inércia por parte dos gestores públicos e mau uso dos recursos, impedindo que a população seja beneficiada com projetos que resgatem os menos favorecidos das áreas de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹Alves, Benedito Antônio Gomes, Sebastião Edilson: Lei de Responsabilidade Fiscal Comentada. 5ª ed. 2011, p.217

²Cunha, Maria de Oliveira Jordão Rocha da, Advogada , Secretária da Fazenda Estadual no Município de Araxá em Minas Gerais: *site.uniaraxa.edu.br* www.jusbrasil.com.br/.../lidia-maria-de-oliveira-jordao-rocha-da-cunha

³Lei Complementar nº 110/2009

⁴Lei Complementar nº 147/2012

⁵Lei nº 7596/87, artigo 37,XIX

⁶.Lei nº 1573 de 21 de Novembro de 1989

⁷Decreto nº1391

⁸Lei nº 2175, de 27 de novembro DE 2.000

⁹Decreto nº 1392

¹⁰Lei Municipal nº1256/1979

¹¹Decreto nº 325 artigos 23,24 e 27

¹²Lei Complementar nº1573/1989

¹³Lei Complementar nº 107/ 2009 , artigo 7º

¹⁴Decreto nº 3.059/2015

¹⁵Lei Complementar nº 101/2000

¹⁶Constituição Federal artigo 156

ANEXOS

Anexo I - DECRETO N° 1391.....	25
Anexo II – DECRETO N° 325.....	26
Anexo III – DECRETO N° 1392.....	27
Anexo IV – LEI N° 1573/1989.....	28
Anexo V – LEI N° 2175/2000.....	29
Anexo VI – LEI COMPLEMENTAR N° 147/2012.....	30

ANEXO I



DECRETO Nº 1391

"APROVA REGIMENTO INTERNO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA "NELSON DE FREITAS BARBOSA"."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 107, de 04 de dezembro de 2009, e no Decreto nº 804, de 30 de dezembro de 2009, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Fundação Municipal de Cultura "Nelson de Freitas Barbosa".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 1º de julho de 2010.

JOSÉ BAKA FILHO
Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO XAVIER ZACARIAS
Secretário do Governo Municipal

ANEXO

REGIMENTO INTERNO FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA "NELSON DE FREITAS BARBOSA"

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno (RI) disciplina a organização, as atribuições gerais dos órgãos e unidades administrativas da Fundação Municipal de Cultura "Nelson de Freitas Barbosa", as competências específicas e comuns dos servidores mantidos em funções de direção, e fixa normas gerais de trabalho, em conformidade com a atual estrutura administrativa do órgão, institucionalizada pela Lei Complementar nº 107, de 04 de dezembro de 2009,

TÍTULO II DA FINALIDADE E ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA "NELSON DE FREITAS BARBOSA"

Art. 2º A Fundação Municipal de Cultura "Nelson de Freitas Barbosa" sigla FUMCUL, integrante da Administração Indireta da Prefeitura Municipal de Paranaguá, reporta-se diretamente ao Prefeito Municipal e tem por finalidade fomentar o desenvolvimento e difusão cultural, mediante as seguintes atribuições:

- I - Promover o desenvolvimento de programas e projetos de valorização da cultura local parnanguara;
- II - Articular e executar ações de difusão da cultura local;
- III - Estabelecer estratégias para busca e captação de parcerias e recursos para ações de preservação do

ANEXO II



DECRETO Nº 325

**"APROVA O ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES
"LUIZ ERLEY DA ROCHA BORNANCIN", E REVOGA O DECRETO Nº 882,
DE 29 DE ABRIL DE 1979".**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido no protocolado sob nº 32.496/2012, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado na forma do Anexo a este Decreto, o Estatuto da Fundação Municipal de Esportes "Luiz Erley da Rocha Bornancin", criada pelo município, por meio da Lei Municipal nº 1.256, de 21 de agosto de 1979.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 882, de 29 de abril de 1979.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 28 de março de 2013.

MÁRIO MANOEL DAS DORES ROQUE
Prefeito Municipal

MÁRCIA MIRANDA RAUSCHER
Secretária do Governo Municipal
- Interina -

ANEXO AO DECRETO Nº 325/2013.

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO E DURAÇÃO.

Art. 1º A Fundação Municipal de Esportes de Paranaguá, constituída nos termos da Lei Municipal nº 1.256, de 21 de agosto de 1979, é entidade de administração indireta do Executivo Municipal, com personalidade jurídica de direito público, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente Estatuto e pela legislação aplicável, sendo denominada como Fundação Municipal de Esportes "Luiz Erley da Rocha Bornancin".

§ 1º Neste Estatuto são consideradas equivalentes a Fundação Municipal de Esportes "Luiz Erley da Rocha Bornancin" às expressões Fundação Municipal de Esportes de Paranaguá, Fundação ou FUNDESPORTES.

§ 2º Para efeitos de execução orçamentária, dotações do programa de trabalho da Fundação passarão a integrar o orçamento da Prefeitura.

Art. 2º O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

Art. 3º A Fundação tem sede e foro na Rua João Estevão, s/nº, na Ponta do Caju, na cidade de Paranaguá -

ANEXO III



DECRETO Nº 1392

"APROVA REGIMENTO INTERNO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO "DR. JOAQUIM TRAMUJAS"."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 107, de 04 de dezembro de 2009, e no Decreto nº 804, de 30 de dezembro de 2009, DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Fundação Municipal de Turismo "Dr. Joaquim Tramujas".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 1º de julho de 2010.

JOSÉ BAKA FILHO
Prefeito Municipal

CARLOS EDUARDO XAVIER ZACARIAS
Secretário do Governo Municipal

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO "DR. JOAQUIM TRAMUJAS"

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento Interno (RI) disciplina a organização, as atribuições gerais dos órgãos e unidades administrativas da Fundação Municipal de Turismo "Dr. Joaquim Tramujas", as competências específicas e comuns dos servidores mantidos em funções de direção, e fixa normas gerais de trabalho, em conformidade com a atual estrutura administrativa do órgão, institucionalizada pela Lei Complementar nº 107, de 04 de dezembro de 2009,

TÍTULO II DA FINALIDADE E ESTRUTURA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO "DR. JOAQUIM TRAMUJAS"

Art. 2º A Fundação Municipal de Turismo "Dr. Joaquim Tramujas", sigla FUMTUR, integrante da Administração Indireta da Prefeitura Municipal de Paranaguá, reporta-se diretamente ao Prefeito Municipal e tem por finalidade fomentar o desenvolvimento e difusão cultural, mediante as seguintes atribuições:

I - Promover o desenvolvimento de programas e projetos para o fortalecimento da busca do Município como pólo turístico;

II - Articular e executar ações para atender aos interesses coletivos e estratégicos de desenvolvimento apoiado no turismo sustentável;

ANEXO IV



versão consolidada, com alterações até o dia 29/06/2006

LEI Nº 1573 de 21 de Novembro de 1989

(Vide Art. 90 da Lei Complementar nº 49/2006)

"FICA O PODER EXECUTIVO AUTORIZADO A CRIAR A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, autorizado a criar uma Fundação Municipal de Cultura, com personalidade jurídica própria, Sede e Foro nesta cidade de Paranaguá, destinada a estimular, orientar, desenvolver, tomar iniciativa de qualquer natureza, fazendo acordos, contratos, convênios com terceiros, para os objetivos exemplificados no artigo segundo.

Art. 2º Compete à Fundação Municipal de Cultura:

- a) formular a política cultura de Paranaguá;
- b) articular-se com órgãos federais, estaduais, municipais e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais de qualquer iniciativa;
- c) promover a defesa do patrimônio histórico e artístico do Município de Paranaguá;
- d) conceder auxílio a instituições culturais existentes no Município para assegurar o desenvolvimento de um programa cultura efetivo;
- e) emitir pareceres sobre assuntos e questões de sua alçada que lhe sejam submetidos pelo Prefeito Municipal;
- f) promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, do Estado do Paraná, de outros Estados da União mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico e literário;
- g) promover espetáculos, exposições, reuniões e realizações de caráter artístico e literário;
- h) promover espetáculos, exposições, conferências, debates, projeções cinematográficas;
- i) realizar promoções destinadas a integração social da população com vistas a elevação do seu nível cultural e artístico.

Art. 3º A Fundação Municipal de Cultura, será administrada pelos seguintes órgãos:

I - Conselho Deliberativo, com atribuições determinadas pelo Estatutos e composto da seguinte forma:

Prefeito Municipal
Presidente da Fundação
04 (quatro) membros de livre escolha do Chefe do Executivo que tenham nível cultura e artístico elevado no Município.

II - Diretoria Executiva, com atribuições definidas nos Estatutos Sociais e constituída da forma abaixo:

Presidente
Diretor Administrativo e Financeiro
Diretor de Ação Cultural

Art. 4º Fica adotado para o pessoal da Fundação, o regime das Leis Trabalhistas, podendo ser aproveitados funcionários da municipalidade, sem prejuízos de seus vencimentos.

ANEXO V



Versão consolidada, com alterações até o dia 29/06/2006

LEI Nº 2175, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.000.

(Vide Art. 91 da Lei Complementar nº 49/2006)

"CRIA A SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - SEMUPLA, AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, decretou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada, como desdobramento da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, a qual passa a ser denominada Secretaria Municipal de Urbanismo - SEMUR, a Secretaria Municipal de Planejamento - SEMUPLA, à qual competirá:

- I - coordenar a elaboração, articulação e promoção de planos e programas gerais e setoriais de desenvolvimento municipal, em especial do plano plurianual,;
- II - acompanhar a execução desses planos e programas;
- III - assegurar, mediante normas e procedimentos, a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos para o estabelecimento de prioridades entre as atividades governamentais;
- IV - modernizar as estruturas e procedimentos da Administração Municipal, objetivando seu contínuo aperfeiçoamento e maior eficiência na execução dos programas de Governo;
- V - estabelecer fluxos permanentes de informações, a fim de facilitar os processos de decisão e coordenação das atividades governamentais;
- VI - em conjunto com as Secretarias Municipais e demais áreas afins, o planejamento e proteção das intervenções nos espaços naturais e construídos; e
- VII - apreciar e dar parecer sobre projetos de leis e outros atos que envolvam aspectos referentes à sua área de atuação.

Art. 2º Ficam criados os seguintes cargos isolados, de provimento em comissão, que passam a compor a estrutura organizacional e administrativa da Prefeitura Municipal de Paranaguá, na Secretaria Municipal de Planejamento:

[Nº DE CARGOS]	DENOMINAÇÃO	[SIMBOLOGIA]
[01]	[secretário municipal]	[CC-1]
[01]	[chefe de Divisão de Programas e Projetos Especiais]	[CC-6]

Art. 3º Ficam transferidos da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo e passam a compor a

ANEXO VI

18/03/2016

Lei Complementar 147 2012 de Paranaguá PR



LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2012.

"INSTITUI A TAXA DE EMBARQUE DE PASSAGEIROS, E ALTERA OS ANEXOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 111/2009".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 64 ~~Fica instituída a Taxa de Embarque a ser cobrada por passageiros, pelo acesso à plataforma do Terminal Rodoviário Municipal e trapiche municipais, destinada a auxiliar seu custeio para manutenção, funcionamento e fiscalização, na importância de 0,2740 UFM.~~

Art. 14 Fica instituída a Taxa de Embarque a ser cobrada por passageiros, pelo acesso à plataforma do Terminal Rodoviário Municipal e dos Trapiches Municipais, destinada a auxiliar seu custeio para manutenção funcionamento e fiscalização, na importância de 1 (uma) UFM.

Parágrafo Único. Ato próprio do Executivo regulamentará a sua aplicabilidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 169/2014)

Art. 24 A arrecadação da taxa de embarque será feita através das empresas de transporte interestadual de passageiros, que operam no Terminal Rodoviário, e pelas empresas e/ou associações, que utilizam os trapiches municipais na exploração do transporte marítimo, até o dia 6 (seis) do mês subsequente.

Art. 34 Ficam alterados os anexos da Lei Complementar nº 111, de 18 de dezembro de 2009, que passam a vigorar conforme os anexos integrantes desta Lei Complementar.

Art. 44 Os valores das Taxas e Alíquota do ISS, desta Lei, só poderão ser alterados por outra Lei Complementar.

Art. 54 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 96, de 18 de dezembro de 2008.

Art. 64 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 20 de dezembro de 2012.

JOSÉ BAKA FILHO
Prefeito Municipal

ELVIRA DO RÓCIO BEZERRA GERALDO
Secretária do Governo Municipal

ZENILDA SOUZA COSTA
Secretária Municipal de Fazenda

ANEXO I

TABELA PARA COBRANÇA DO ISSQN FIXO - ANUAL - AUTÔNOMOS E SOCIEDADE DE PROFISSIONAIS - EXERCÍCIO 2013

01	Contribuintes pessoas físicas (profissionais autônomos) com graduação superior, estabelecidos ou não	120
02	Contribuintes pessoas físicas (profissionais autônomos) com graduação técnica à nível médio ou legalmente equiparado, estabelecidos ou não	45
03	Demais contribuintes pessoas físicas (profissionais autônomos) estabelecidas	23
04	Pessoas jurídicas constituídas sob a forma de Sociedades de Profissionais (valor por ano para cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não):	
a)	dois profissionais	100
b)	acima de dois e no máximo quatro profissionais	150
c)	acima de quatro e no máximo oito profissionais	200
d)	quando superar a oito profissionais	250